



# **Cidade Baixa e a produção de um lugar de música em Porto Alegre**

**Cidade Baixa and the production of a place of music in Porto Alegre**

*Thaís Amorim Aragão, Doutoranda em Comunicação (UNISINOS), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS); [thaisaaragao@gmail.com](mailto:thaisaaragao@gmail.com).*

## Resumo

O bairro porto-alegrense Cidade Baixa é hoje considerado o principal lugar de música na capital gaúcha. Investigaremos o encontro de duas dinâmicas de territorialização, destacando o papel de práticas ligadas ao som e à música na constituição desse espaço.

**Palavras Chave:** Música. Som. Espaço urbano.

## Abstract/Resumen

Cidade Baixa is considered today the main neighbourhood in the city of Porto Alegre for musical entertainment. Two dynamics of territorialization will be investigated in order to understand the role of music and sound in the making of this place.

**Keywords/Palabras Clave:** Music. Sound. Urban space.

## INTRODUÇÃO

O campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul se encontra entre o Centro Histórico de Porto Alegre e os campos da Redenção, também conhecido como Parque Farroupilha. Se alguém se colocar na calçada aos fundos do Salão de Atos da UFRGS, estará de frente para uma rotatória além da qual o eixo do parque se estende, com seu espelho

d'água em linha reta, sua grande fonte e sua alameda ladeada por jardins, até o Monumento ao Expedicionário. Ali, no arco duplo em granito, a área verde encontra um outro limite: a rua José Bonifácio, onde aos domingos acontece o Brique da Redenção, disputada feira de antiguidades e artesanato. Duas grandes vias que partem do bairro Centro e passam ao lado da universidade fecham o perímetro do parque: as avenidas Oswaldo Aranha e João Pessoa. Funcionam como divisa entre a Redenção e dois bairros muito importantes para a discussão que será feita aqui: respectivamente, o Bom Fim e a Cidade Baixa.

Este preâmbulo funciona como um “você está aqui”, pontuado num mapa<sup>1</sup> que começa a ser desenhado enquanto são amplificadas algumas camadas que ligam esses espaços a outros tempos. Para compreendê-los melhor, particularmente em sua potência como lugares de música, traremos à tona alguns processos que os constituíram. O objetivo deste artigo é destacar pelo menos dois movimentos de territorialização fundados em práticas ligadas ao som e à música, desde o fim do século XIX até o início do século XXI, debatendo deslocamentos no (e apropriações do) espaço urbano em conjunção com deslocamentos e apropriações de sentido num contexto cotidiano e de diversão na cidade. Especial atenção será dada à Cidade Baixa, interseção espacial desses dois movimentos e bairro que reconhecemos aqui como o lugar de música por excelência nos dias de hoje em Porto Alegre, onde música é continuamente apresentada e ouvida por pessoas que ali se reúnem. A atmosfera sonora do bairro mobiliza debates e nos dedicaremos a ela numa dimensão mais expandida, abarcando o som que vem das ruas.

Neste trabalho, compreenderemos territorializações como processos em que agentes atuam na constituição de territórios, e territorialidade como “o pressuposto geral para a formação de territórios (concretamente constituídos ou não)” (HAESBAERT, 2004, p. 36). Neste sentido, o território será entendido a partir de relações sociais, interações e práticas que ao mesmo conformam o espaço e são conformadas por ele, e será abordado a partir de uma perspectiva integradora – “um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural” (idem, p. 74). O interesse é pelo território usado, valorado pela sociedade, como proposto por Milton Santos (1999), e também entenderemos espaço como o espaço social, ou seja, socialmente produzido (LEFEBVRE, 2013). Tal espaço é em devir, em movimento (MASSEY, 2009), portanto o que tentaremos descrever são dinâmicas de produção do espaço, especialmente a partir de práticas relacionadas ao som e à música.

Para esta tarefa, partiremos da reconstituição de contextos históricos relativos a essas territorializações, tomando trabalhos desenvolvidos em diversos campos artísticos (literatura, música, audiovisual), campos disciplinares (história, geografia, administração, ciências jurídicas, ciências econômicas, antropologia e planejamento urbano e regional) e campos técnico-profissionais (jornalismo, fotojornalismo). Com essa trama de dados, tentaremos tornar mais perceptíveis os processos de constituição desses territórios, lançando mão de textos, fotos e mapas<sup>2</sup>. Também teremos aqui uma cartografia criada para este artigo – e quando falamos em cartografia e mapeamento estamos tomando a acepção primeira dos termos, ao invés de conceitos derivados que se fazem presentes hoje no meio acadêmico.

Esses mapas serão de dois tipos: os primeiros orientarão o leitor em meio aos numerosos pontos de referência ao longo do texto e os segundos serão mapas mentais produzidos por músicos que

- 
- 1 Mapa do qual o leitor terá alguma visão na primeira figura a aparecer nas próximas páginas.
  - 2 É importante que, no futuro, os modos de apresentação de nossas pesquisas possam oferecer suporte a dados sonoros e audiovisuais, dada a preponderância particularmente do som em investigações dessa natureza.

trabalham na Cidade Baixa. Estes últimos foram esboçados durante entrevistas sobre trajetórias urbanas dos entrevistados envolvendo seu cotidiano com a música, um exercício inspirado pelo estudo de Sara Cohen (2012) com rock e hip-hop em Liverpool.

Desenhar os mapas ajudou os músicos a expressar experiência e conhecimento musical em termos espaciais, e ofereceu a eles um meio de conectar música a memórias da materialidade dos ambientes urbanos e a identidades, emoções e relacionamentos a eles associados. Ao mesmo tempo, os mapas nos ajudaram a aprender sobre a cidade a partir da perspectiva dos músicos, levando-nos a considerar o que interessa a eles e por que, o que tornou esses lugares peculiares e lhes deu valor, e como esses espaços podem ter mudado. (COHEN, 2012, p. 138, tradução nossa)

O uso de mapas como recurso metodológico, quando associado a outros métodos, oferece as vantagens de operar no âmbito dos microprocessos sociais, de gerar um novo tipo de informação sobre a imaginação geográfica dos praticantes do espaço, além de estimular a emergência de detalhes que dificilmente surgiriam em técnicas mais tradicionais de pesquisa (BRENNAN-HORLEY, LUCKMAN, GIBSON e WILLOUGHBY-SMITH, 2008). Dos três tipos de cartografia que ela lança mão – mapas a partir dos dados de entrevistas e observação, mapas mentais de entrevistados e mapas de contexto histórico – utilizaremos os dois últimos, esclarecendo que os mapas mentais presentes advêm de um conjunto bem menos expressivo e não atrelado a uma grande investigação, configurando-se como resultado de treinamento e levantamento de condições de possibilidade de pesquisas futuras mais aprofundadas.

A atenção ao espaço urbano se justifica pelo crescente interesse sobre a cidade nos estudos sobre produção cultural, impulsionado pela discussão sobre indústrias criativas (FLORIDA, 2002). Nessa literatura, as cidades são valorizadas como polos atratores de talentos, considerados motores da economia do século XXI, por serem locais de grande investimento em infraestrutura cultural, como redes de museus, galerias, universidades e cinemas (FLEW, 2013). Algumas das principais críticas à abordagem das indústrias criativas é que deixaria de lado questões como desigualdade e poder (HESMONDHALGH, 2008), que têm um peso considerável na clássica abordagem da indústria cultural (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Por sua vez, a teoria crítica pecaria por pouco considerar a potencialidade de uma recepção que escape ou subverta a lógica fetichista do produto cultural, o puritanismo da indústria cultural ou mesmo o individualismo presumido do habitante das grandes cidades (idem, p. 145-146), estando fadada fundamentalmente à interdição do sonho e pensamento próprios e à passividade (COHEN, 1993).

Assim, tentaremos colocar no centro da discussão a desigualdade no acesso a recursos culturais, entendendo o espaço como recurso dessa ordem, e adotar a perspectiva da apropriação do espaço por meio de práticas cotidianas, compreendendo tais apropriações como um modo particular de produção cultural (CERTEAU, 2009).

## DESCENTRANDO

**O**s princípios do lazer noturno tal como o compreendemos hoje parece ter início, na capital gaúcha, na virada dos séculos XIX e XX (MARONEZE, 1996; FONSECA, 2006). Naquele momento, o centro da cidade (hoje Centro Histórico) concentrava uma vida boêmia favorecida pelo caráter portuário e pelo ambiente em torno da Rua da Praia, com seus cafés, bares, restaurantes, cinemas e confeitarias.

Costumava-se ir aos cafés durante o dia (ainda que alguns ficassem abertos até determinada hora da noite, com uma única exceção, o 'Suíça'; que não fechava nunca suas portas), aos bares e restaurantes ao entardecer e à noite, e aos clubes noturnos, cabarés e zonas de prostituição num horário mais avançado. (LEWGOY, 2009, p. 7)

A Rua da Praia, como outras ruas centrais de cidades brasileiras à época, concentravam novas formas de sociabilidade e processos de construção de identidades. Por ali, era difundido de um estilo de vida relacionado a uma ideia de moderno, que influenciava o *ethos* e a visão de mundo de determinados grupos sociais urbanos (idem, ibidem). No pós-guerra, a influência francesa dos cafés cedeu aos hábitos norte-americanos dos sanduíches e refrigerantes, do comer de pé ao balcão das lanchonetes.

A partir dos anos 1950, essas atividades teriam não apenas se transformado de acordo com as modas internacionais como também começado a se descentralizar, em função da abertura de avenidas e pontes que passaram a ligar as áreas centrais a outras mais periféricas. Com a implementação desses projetos viários, investidores imobiliários iniciaram uma forte atuação sobre o Bom Fim ao longo da década de 1960, transformando radicalmente a paisagem do bairro, que apresenta hoje a maior densidade populacional de Porto Alegre (IBGE, 2010)<sup>3</sup>.

No final da década, o surto construtivo havia de tal forma transformado o bairro, que dificilmente poderia ser reconhecido por alguém que o vira, pela última vez, digamos, em 1950. Na parte leste do bairro, aquela mais próxima do centro da cidade<sup>4</sup>, já em meados da década, grandes prédios foram erguidos na Oswaldo Aranha e Sarmiento Leite, prédios do mesmo tipo que, nos anos 60, espalhar-se iam por todo o bairro, impondo-lhe o perfil que hoje apresenta. (CARNEIRO, 1992, p. 148)

Neste cruzamento, de um lado da avenida Oswaldo Aranha já estava a UFRGS. Do outro, encontravam-se os primeiros dos novos prédios que avançariam margeando a Redenção. Estabelecimentos no térreo eram frequentados por uma parcela da juventude da época. Carneiro (1992) se utiliza do termo "cabeça-de-ponte" – jargão militar que designa a ocupação pontual de um território inimigo, além de um rio ou trecho de mar, para posterior conquista – a fim de descrever como foi se dando a territorialização que partiria do quarteirão em frente à universidade. Nesse contexto urbano, os antagonismos eram comportamentais e possivelmente

3 Com 306,05 habitantes por hectare, o Bom Fim é seguido por Cidade Baixa (209,14 hab./ha.) e Centro (171,73 hab./ha.), segundo o Censo IBGE, 2010. "Estes dados mostram que o Centro e seu entorno ainda são locais de significativa concentração residencial com relação ao conjunto da cidade. Este padrão de densidade indica a predominância de domicílios do tipo apartamento nesses locais." (MARASCHIN e CABRAL, 2014, p. 63)

4 Aqui é preciso retificar o erro de orientação contido nesta citação, em que o leste é, em verdade, o oeste. Afinal, é sabido que o centro da cidade aponta para o por do sol no rio Guaíba. Como referência mais precisa sobre os limites em questão, aportaremos o parágrafo de abertura de "A Guerra no Bom Fim", obra de Moacyr Scliar (2014/1972): "Consideremos o Bom Fim um país – um pequeno país, não um bairro em Porto Alegre. Limita-se, ao norte, com as colinas dos Moinhos de Ventos; a oeste, com o centro da cidade; a leste, com a Colônia Africana e mais adiante Petrópolis e as Três Figueiras; ao sul, com a Várzea, da qual é separado pela Avenida Oswaldo Aranha. Em 1943 a região da Várzea, já saneada, estava transformada num parque – a Redenção –, no centro do qual a Polícia tinha estabelecido um pequeno forte; fora dessa ilha de segurança as noites na Redenção era perigosas, especialmente no inverno, quando a cerração invadia aquelas terras baixas. Verdadeiro mar, onde, a espaços, boiavam tênues globos de luz." A descrição no primeiro romance de Scliar corresponde melhor ao vivido.

geracionais, embora nos faltem dados para inferir o quanto o espraiamento em direção ao Bom Fim se configurou como ruptura ou continuidade em relação à boemia no Centro, enquanto acomodação a novos padrões (a própria emergência da juventude como grupo sociocultural, por exemplo), ou mesmo ambos.

O Bom Fim, a partir da “cabeça-de-ponte” que o final dos anos sessenta vira fincar pé na esquina da Sarmento Leite com a Oswaldo Aranha, em frente ao quarteirão universitário, tornava-se um “território livre” de estudantes de esquerda, aspirantes a intelectuais, boêmios, bêbados, loucos, hippies, yuppies, intelectuais de verdade, professores, artistas, viciados, “magrinhos”, lésbicas discretas, bichas – mais discretas ainda – vagabundos e toda uma sorte de outras gentes jovens, ainda perplexas com 64 e 68<sup>5</sup>! (CARNEIRO, 1992, p. 149)

Consciente ou não, a estratégia de ocupar o outro lado da avenida garantiu uma base para movimentos culturais que iriam se desenvolver por mais de duas décadas. Para os realizadores do documentário “Filme sobre um Bom Fim” (2015), o bairro tornou-se “o epicentro de uma transformação cultural fundamentada no surgimento do rock gaúcho, do cinema urbano, das experimentações na televisão e do teatro de rua”<sup>6</sup>. O próprio ato de caminhar pelo lugar, marcando presença no parque ou diante de estabelecimentos como o Bar do João, pode ser compreendido como um potente fator de constituição da territorialização ocorrida na vizinhança (JACOBS, 2000; CERTEAU, 2009; INGOLD e VERGUNST, 2008), cuja efervescência culminou nos anos 1980. Tais movimentações foram capturadas pela letra de “Amigo Punk”, canção da banda Graforréia Xilarmônica registrada pela primeira vez na fita demo “Com Amor, Muito Carinho”, de 1988.

Pega a chinoca, monta no cavalo;  
E desbrava esta coxilha;  
Atravessa a Oswaldo Aranha;  
E entra no Parque Farroupilha.  
 (“AMIGO PUNK”, Frank Jorge e Marcelo Birck)

Em depoimento ao documentário já mencionado (2015), o jornalista e pesquisador Juremir Machado da Silva afirma que cerca de cinco mil pessoas chegavam a se aglomerar nos dois lados da avenida durante alguns fins de semana. “A Oswaldo Aranha ali ficava tomada. Era um mar de gente. Então começou toda uma política para afastar aquelas pessoas dali”, conta. Entre causas geralmente apontadas para a decadência dessa territorialidade festiva a partir da década seguinte, estariam a pressão dos moradores do Bom Fim descontentes com aquelas formas de ocupação do espaço, a chegada de uma segunda geração de frequentadores, e a expansão do lazer noturno para áreas contíguas.

A partir dos anos 90 observou-se uma imensa migração para a Cidade Baixa, bairro já com uma certa tradição boêmia. Tendo a presença do Guion (cinemas e bares) e do Opinião (casa de shows) como macro-atratores, ocorreu uma proliferação de bares alternativos e junto com estes de ‘pessoas alternativas’, que abandonam um pouco a política para assistir a filmes cult, beber e filosofar”. (MENDONÇA, 2004, 11, apud FONSECA, 2006, p. 62).

A vida noturna é tida como uma “vocação natural” da Cidade Baixa (FONSECA, 2006, p. 185), especialmente pelo seu histórico de ocupação. É sobre essa outra dinâmica sócio-espacial, surgida

5 Referência ao golpe militar de 1964 e ao Ato Institucional nº 5, o AI-5, de 1968.

6 Texto de descrição no trailer disponível em <http://youtu.be/9JzvFp934g8>. Acesso em 07.fev.2016.

na trajetória da territorialização que parece sair dos cafés do Centro em meados do Século XX e que ascende e decai nos bares e lanchonetes do Bom Fim antes da virada do milênio (Fig. 1), que nos deteremos de agora em diante.



FIG. 1 – Dinâmicas de territorializações do lazer noturno em Porto Alegre no Século XX. Fonte: Pesquisa própria.

## CICLOS DE TE-DES-RETERRITORIZAÇÕES DA CIDADE BAIXA

Desde a chegada dos açorianos para fundar Porto Alegre no século XVIII, sítios e chácaras formavam a área, ainda rural, do lugar conhecido hoje como Cidade Baixa. Fora dos limites da muralha que circundava o núcleo urbano no início do povoamento, ela abastecia de alimentos a zona central. Nas últimas décadas do século XIX, a região sofreu um processo de parcelamento do solo por meio do loteamento das chácaras existentes no bairro, como o Areal da Baronesa<sup>7</sup> em 1879 (FRYDBERG, 2007). Sem renda, alguns sendo deixados nos campos da Redenção, os escravos recém-libertos não tinham condições financeiras para comprar terrenos na área valorizada e urbanizada. Começaram a se estabelecer nessa grande área ao redor do Centro Histórico, incluindo o chamado Areal da Baronesa, a Ilhota (nas imediações de onde hoje se encontra o Ginásio Tesourinha) e a Colônia Africana (onde atualmente se encontram os bairros Mont’Serrat e Rio Branco).

As duas primeiras áreas são mais vinculadas à ideia de Cidade Baixa, que antecede os limites atuais do bairro. Por volta de 1897, algumas populações foram afastadas dessa área para evitar proliferação de cortiços. Era a época de epidemias e de políticas de higienização. A rua João Alfredo guarda traços físicos desse tempo, por acompanhar o percurso do riachinho que passava também na Ilhota. Não à toa, seu antigo nome era Rua da Margem. Por ali, perto da rua República, trechos de difícil acesso serviam de refúgio, conhecido como Emboscadas. “Tinha uns becos tenebrosos e por lá se perdia a mais excelsa malandragem, cachaça e forrobodó de cuia” (SANHUDO, 1961, p. 188, apud JARDIM, 1991, p. 61). Aspectos boêmios hoje muitas vezes

<sup>7</sup> Grande área da chácara da Baronesa do Gravataí. A mansão encontrava-se onde hoje se localiza a Fundação Pão dos Pobres.

tomados como boas qualidades da Cidade Baixa marcaram negativamente população que ali vivia naquele primeiro momento, uma vez que desordens nos botecos e tavernas eram associadas a todo o grupo. “Assim, seus locais de moradia e circulação cotidiana carregavam também essas marcas” (ROSA, 2008, p. 100). Por outro lado, a atuação de algumas figuras na primeira metade do século XX contribuiu para o surgimento de outras ideias sobre esse lugar. Entre as mais proeminentes dessas figuras estavam o “Príncipe” Custódio de Ajudá e o sambista Lupicínio Rodrigues.

Nascido na África, Custódio Joaquim Almeida foi assim registrado no Brasil, estabelecendo-se em Porto Alegre depois que a escravidão foi abolida no país (SILVA, 1999). Não é claro se teria sido filho exilado de Ovonramwen<sup>8</sup>, o último oba (rei) independente do antigo Reino do Benim (onde hoje está a Nigéria), ou comerciante de escravos do Reino de Daomé, na região da Costa dos Escravos (atualmente, território do Benim). Em uma das versões sobre suas origens, ele teria acumulado riquezas em função do tráfico negreiro, que decaiu continuamente até o ano de 1885, quando o último navio partiu com africanos escravizados para o Brasil. Chegado a Porto Alegre, onde veio a falecer em 1935 aos 104 anos de idade, esse homem de posses, fluente em idiomas africanos e europeus, fez residência na Cidade Baixa à rua Lopo Gonçalves. Era reconhecido babalorixá, atuando como líder na comunidade religiosa afro-brasileira. Os grandes rituais e festas que teria realizado marcam a memória daqueles que viveram ou contam o bairro de então.

Meio de propaganda abolicionista no Rio Grande do Sul e peça importante do projeto de nação de Getúlio Vargas para o Brasil, o carnaval também foi usado por foliões da Cidade Baixa e territórios negros vizinhos como momento para a cidade reconhecer seus talentos e capacidade de organização, embora tentativas de segregação não deixassem de se manifestar no período (ROSA, 2008). “Nasceria, então, o carnaval dos bairros, devendo destacar-se o da Rua João Alfredo (Rua da Margem), que mobilizava multidões” (FRANCO, 1988, p. 103 apud JARDIM, 1991, p. 67). Eis que surge o primeiro Rei Momo negro: “Lelé ganhou notoriedade no Carnaval nos anos 40 e 50, quando era forte a folia no Areal da Baronesa, área pertencente ao Bairro Cidade Baixa” (DORNELLES, 2013).

Um carnaval igualmente “animado e popularíssimo” se dava ali bem perto, na Ilhota. “A zona era de fato segregada, ‘ilhada’ do resto da cidade, num deslocamento do sentido da palavra original: além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão” (PESAVENTO, 1999). Ali nasceu e se tornou um compositor popular de reconhecimento nacional o músico Lupicínio Rodrigues. Compôs muitos sambas em que perpetuou os espaços e personagens do lugar em que viveu. “Ilhota”, “Meu barraco”, “Mulata Isabel”, “Bairro de Pobre”, “Ladrão conselheiro”, “Enquanto a cidade dormia” eram algumas dessas canções.

Ilhota, minha favela moderna  
Onde a vida na taberna  
É das melhores que há  
Ilhota, arrabalde de enchente  
E que nem assim a gente  
Pensa em se mudar de lá

---

8 Segundo a Encyclopaedia Britannica, Ovonramwen, também chamado de Overami, foi um líder do oeste africano falecido em 1914, em Calabar. Último oba de um reino de 500 anos, Ovonramwen tentou manter sua independência diante da pressão britânica na região, tendo atrasado em apenas alguns anos a anexação de seu reino pela colônia da Nigéria. Informação disponível em: <http://global.britannica.com/EBchecked/topic/436126/Ovonramwen> Acesso em: 02 nov. 2014.



Ilhota do casebre de madeira,  
Da mulata feiticeira  
Do caboclo cantador  
Ilhota, a tua simplicidade  
É que dá felicidade  
Para o teu pobre morador  
Na tua rua  
Joga-se em plena esquina  
Filho teu não se amorfina  
Em sair pro batedor  
Nem mesmo a “justa”<sup>9</sup>  
Vai visitar seus banhados  
Pra não serem obrigados  
A intervir em questões do amor.  
 (“ILHOTA”, Lupicínio Rodrigues)

Aos poucos os espaços descritos nos sambas foram sendo urbanizados, pavimentados, recebendo obras de drenagens dos veios fluviais que corriam na superfície. O terreno, no entanto, estava sendo preparado para outros moradores. Ao longo da segunda metade do século XX, o “surto construtivo” de que falava Carneiro a respeito do Bom Fim se debruçou também sobre a Cidade Baixa, afastando do lugar boa parte das populações de baixa renda. O Projeto Renascença, plano de intervenção urbana realizado na década de 1970, desencadeou um grande processo de gentrificação (SOUZA, 2008). “Como consequência da intervenção do Projeto Renascença, ocorreu a transformação física e social da área, com a erradicação dos antigos moradores irregulares e sua ocupação por uma nova classe social de renda mais elevada” (idem, p. 13).

O quadro era mais amplo. Entre 1969 a 1974, a prefeitura promoveu uma política intensiva de remoção de 11.027 núcleos de afavelamento (as chamadas malocas), desalojando 48.194 pessoas. A Ilhota de Lupicínio Rodrigues participa desses números e a maior parte de seus moradores tiveram como destino a Restinga Velha, que recebeu cerca de 10% dos removidos (GAMALHO, 2009, p. 49). A remota área para onde foi realocada essa população era servida de água a cada oito dias, por carro-pipa. As casas ainda tinham que ser construídas pelos que ali chegavam. Não havia escolas, postos de saúde, nem as oportunidades de emprego que a proximidade com as áreas centrais proporcionava. O lema do programa da prefeitura era “Remover para promover”, mas não houve melhoramentos para os removidos. Se tinham pouco nas malocas, tinham menos ainda quando chegaram à Restinga.

## REMOÇÕES E REMANESCÊNCIAS

**N**o segundo semestre de 1976 a Ilhota já não mais existia na Cidade Baixa. “A região antes ocupada pela favela era agora uma área vazia que começava a ser reestruturada” (SOUZA, 2008, p. 54), beneficiando principalmente o mercado imobiliário. As obras tiveram impacto direto nos bairros Menino Deus, Azenha, Praia de Belas, Medianeira e Cidade Baixa. Nesta, predominavam velhas construções e os imóveis não foram tão valorizados (SOUZA, 2008, p. 89-90). Dessas vizinhanças, foi a que passou a oferecer os aluguéis mais baratos após as obras. Embora estudos sugiram que o estoque de imóveis mais antigos possa ter atraído empreendedores do ramo do entretenimento para a Cidade Baixa, também apontam que são necessárias mais pesquisas que possam sustentar a hipótese (FONSECA, 2006). O caráter antigo das edificações, no entanto, parece favorecer a expressiva catalogação de imóveis no Inventário de Patrimônio Cultural do bairro (SILVA, 2014).

9 Gíria para “polícia” (FRYDBERG, 2007).

Os desfiles das Escolas de Samba de Porto Alegre ainda permaneceram no entorno da Cidade Baixa por mais trinta anos. A partir dos anos 1990, a comunidade carnavalesca se mobilizou em busca de um lugar mais adequado para a festa, reivindicando um sambódromo no Parque da Marinha, próximo ao lugar onde ainda se davam os festejos, na orla do Guaíba. Mas encontraram resistência. “Existiu uma contenda judicial com a Associação de Moradores do Bairro Menino Deus, que não aceitava a possibilidade da construção do Complexo neste espaço, devido a supostos problemas com barulho, depredações e aumento da violência” (DUARTE, 2013, p. 171). Por fim, no ano de 2004, os barracões e os desfiles deixaram de acontecer nas áreas centrais da cidade (Fig. 2).



FIG. 2 – Deslocamentos de populações e festas populares entre as décadas de 1960 e 2000. Fonte: Pesquisa própria.

A pista de eventos começou a ser construída, não no centro da cidade como esperado pelos carnavalescos, mas no extremo norte do município, numa área conhecida como “Porto Seco”, devido à localização numa região de incontáveis empresas de transporte de cargas. A construção do Complexo Cultural Porto Seco surgiu como um ponto de discussão em relação a uma pretensa marginalização do carnaval, devido a sua transferência para regiões remotas e suburbanas da cidade (a cerca de 15 quilômetros do Centro Histórico), o que reforçaria o argumento da estigmatização da festa pelas camadas médias e altas porto alegrenses, já bastante discutido por diversos autores. (DUARTE, 2013, p. 172)

## AQUILOMBADOS URBANOS DA CIDADE BAIXA

Porto Alegre não foi a primeira cidade brasileira a impor tais deslocamentos às suas populações de baixa renda a fim de liberar espaço para projetos urbanos alinhados a um imaginário de embelezamento e progresso. A capital gaúcha, no entanto, possui o primeiro **P**rocesso de quilombo urbano reconhecido pela Justiça. Desde 2007, quatro comunidades receberam titulação em Porto Alegre, e metade delas está na área compreendida como território negro da Cidade Baixa. Em 2015, tanto a Família Fidélis, no lugar reconhecido como Ilhota, como também os próprios remanescentes do Areal da Baronesa conseguiram garantir sua permanência nesses

espaços (Fig. 3). São precisamente os dois lugares que constituíam o “cinturão negro e pobre” ao sul da Porto Alegre de outrora (PESAVENTO, 1999). São casos em que a proteção da identidade étnica e cultural dos habitantes passa pela manutenção do território vivido.

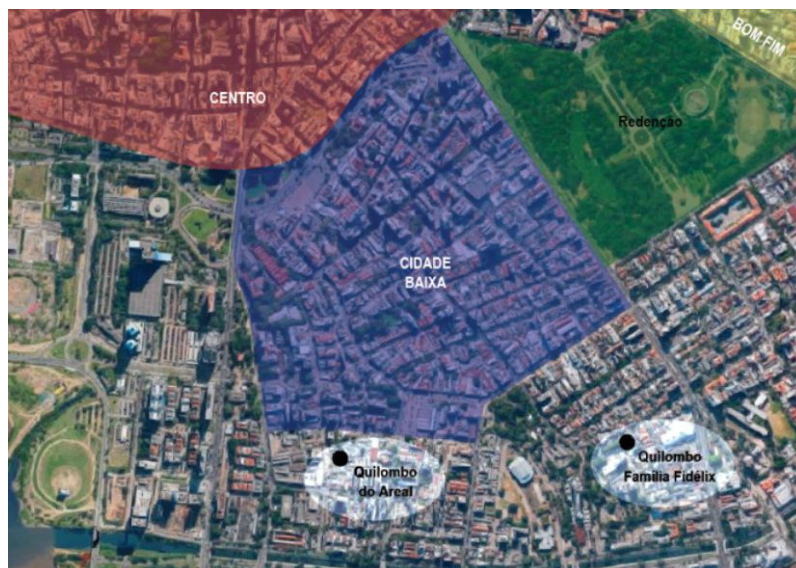


FIG. 3 – Localização dos quilombos Areal da Baronesa e Família Fidélis. Fonte: Pesquisa própria.

A apropriação legal dessas terras tornou-se possível a partir de dispositivo da Constituição de 1988<sup>10</sup>. A realização desse direito – ao mesmo tempo cultural e fundiário – não se deu sem impasses ou acusações de inconstitucionalidade, que giraram, por exemplo, em torno de como se poderia identificar remanescentes de quilombos cem anos depois da abolição da escravatura, em contextos urbanos tão transformados. O Decreto 4.887/03<sup>11</sup> determinou que o reconhecimento se daria, entre outros, mediante um processo de auto-atribuição dos remanescentes, o que desencadeou um processo de ressignificação do próprio conceito de quilombo pelas comunidades envolvidas, face à nova legislação e junto com movimentos negros e membros da comunidade acadêmica chamados a participar dos processos de titulação (CORRÊA, 2010).

Uma definição imóvel e reificada para o conceito de quilombo nunca bastou para interagir com a diversidade de padrões de comunidades remanescentes de quilombos existentes. O critério de raça não mais recorta clivagens, como acontecia ao final do século XIX (idem, p. 35).

Esse debate é importante para pensarmos também sobre o que seria, se não uma música negra, pelo menos uma sonoridade cotidiana atrelada a um recorte decorrente de uma situação pregressa ligada a tal identidade. Estudos jurídicos (RIBEIRO, 2013) e historiográficos (CORRÊA,

10 Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct)

11 Diz o Art. 2º: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. E ainda: “§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)

2010) se baseiam em concepções do antropólogo Fredrik Barth (1998/1969) sobre o que significa um grupo étnico. Focando no que é socialmente efetivo, ele considera uma forma de organização social que, para fins de interação, usa identidade étnica para se categorizar e categorizar os outros. No entanto,

[o]s conceitos de quilombo formulados tanto pelo aparato estatal até o advento da República quanto pela sociologia em meados do século anterior, uma vez que, tendo sido forjados a partir de elementos estanques e, por muitas vezes, caricaturais, tendem a reduzir de forma equivocada a extensão do dispositivo constitucional que confere às comunidades negras o reconhecimento das terras que ocupam. (RIBEIRO, 2013, p.8)

Advoga-se que, nesses processos, não devam ser considerados aspectos meramente genéticos, mas sobretudo identitários e culturais, admitindo a mutabilidade tanto das culturas quanto dos territórios, em função da forma dinâmica como se afetam e se constituem mutuamente (HAESBAERT, 2004; LEFEBVRE, 2013; MASSEY, 2009). Em um parecer do Ministério Público Federal, destaca-se o seguinte entendimento jurídico:

Privado da terra, o grupo tende a se dispersar e a desaparecer, absorvido pela sociedade envolvente. (...) quando se retira a terra de uma comunidade quilombola, não se está apenas violando o direito à moradia dos seus membros. Muito mais que isso, se atenta contra a própria identidade étnica destas pessoas. Daí porque, o direito à terra dos remanescentes de quilombo é também um direito fundamental cultural (art. 215, CF). (SARMENTO, p. 8)

Uma etnografia realizada em 2004 e 2005 (MARQUES, 2006) no Areal da Baronesa (Fig. 5) mostra na fala de um interlocutor que a música ainda está entre aquilo que define o grupo territorializado: “[U]m negro de pouco mais de 40 anos, o ‘assador’ do dito churrasco, mais tarde me disse: ‘Para mim, a comunidade é isso’, referindo-se à sociabilidade de rua, o churrasco na calçada, amigos tocando música na rua” (MARQUES, 2006, p. 39). O trabalho metódico de observação na comunidade também pôde revelar elementos que demonstram como as expressões musicais ali se renovam.

Gessi afirma que se hoje em dia não existe mais a presença marcante do samba, que remonta ao Areal como berço da música popular em Porto Alegre, a juventude de hoje tem o rap. (...) [C]onversando com Daiane, neta de Marlene, 19 anos, perguntei se a “[avenida Luís] Guaranha<sup>12</sup> é samba ou rap”. Ela respondeu: “Aqui é funk, a moda agora é funk. Nem pagode nem hip-hop, agora a onda é funk”. (idem, p. 116)

Outras investigações demonstram que aquilo no qual a comunidade se reconhece pode parecer ao pesquisador, num primeiro momento, desagradável para seus padrões.

Numa primeira e rápida observação, o que se destaca sobretudo é a grande movimentação de pessoas, que tomam os passeios e a própria via principal. (...) Há uma intensa *poluição sonora* [grifo nosso], onde se misturam sons de diversas músicas em volume alto, gritos entre jovens e ainda brincadeiras de crianças. (COSTA, 2008, p. 51)

A coexistência de diferentes percepções sobre o som dos lugares e os modos de classificá-los é um aspecto importante a ser abordado. Há, por exemplo, pesquisas sobre como assentamentos negros urbanos de Porto Alegre se relacionam com estruturas espaciais de *kraals* africanos

---

12 Uma das referências espaciais da comunidade, que muitas vezes acaba se confundindo com a identidade dela mesma.

(cidades rurais), baseando-se fundamentalmente na análise de plantas (SOMMER, 2005). Tal abordagem comparativa poderia inspirar outras investigações sobre práticas relacionadas a som e espaço no nosso país e em outras sociedades das quais descendem os brasileiros. Há nela um potencial de esclarecimento acerca das disparidades entre entendimentos sobre o sonoro no cotidiano, uma vez que o mesmo entorno acústico pode ser tomado tanto satisfatoriamente (como elemento constituinte de uma comunidade) quanto de forma incômoda (como poluição sonora), dependendo dos agentes e das circunstâncias envolvidos.

## NOVAS COMPOSIÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS, NOVAS NEGOCIAÇÕES

As diferentes formas de vivenciar os espaços em sua dimensão sonora não se relacionam apenas com uma possível distinção entre a cultura negra, de um lado, e a população não-negra, de outro. Mesmo depois que a maior parte das populações desse perfil étnico foi analisada da Cidade Baixa, outras disputas se estabeleceram entre os novos ocupantes para tentar definir os modos de uso do espaço. Som ambiental e música são elementos centrais nos conflitos e negociações que tiveram ápice em 2012. Foi quando realizou-se uma série de audiências públicas para ordenar a convivência no bairro, incluindo reuniões sobre a revisão do Código de Posturas do município –com tema como “Lazer, turismo, acesso a cultura e sossego”.

O estopim foi o fechamento de vários bares e casas de espetáculo pela prefeitura, o que gerou uma reação pela manutenção do território boêmio. Na Cidade Baixa, operam cerca de duzentos estabelecimentos comerciais (SILVA, 2014). Não encontramos levantamentos de quantos trabalham com música, mas a variedade de opções é notável. Numa lista incompleta podemos citar do samba às mais variadas vertentes do rock, passando por tchê music, forró, axé, jazz, blues, música tradicionalista, nativista, funk carioca, pagode, chorinho, rap, sertanejo, MPB, tango, diversos estilos de música erudita, sucessos radiofônicos em performances de voz e violão, bailes de terceira idade e festas com DJs com grande repertório de estilos, incluindo a miríade eletrônica.

Uma pesquisa recente revela que a maioria dos moradores da amostra estudada mostrou-se descontente com o comportamento dos frequentadores noturnos do bairro (SILVA, 2014). No entanto, a maior parte considera “boa” a movimentação à noite e tem a oferta cultural como um dos pontos mais positivos da Cidade Baixa. Apesar da percepção sobre a qualidade de vida ser apontada como ótima e boa por 66,6% dos residentes, um terço reclama da baixa qualidade do sono. O nível de ruído ambiental tem uma das piores avaliações do estudo.

A acessibilidade do bairro é altamente valorizada e acaba propiciando uma intensa apropriação do espaço, com usos extremamente diversos, o que atesta sua grande vitalidade no contexto urbano porto-alegrense. “Entretanto essas sobreposições de usos e usuários geram cíclicos processos de conflito e negociação”, aponta Silva (2014, p 165). A relação dos moradores com os frequentadores é ambígua, porque dos últimos também depende a vivacidade do bairro e a valorização da Cidade Baixa no quadro mais geral da urbe, ao mesmo tempo em que a eles são atribuídos a maior parte dos problemas da área. O desafio está em compensar efeitos adversos da abertura para os visitantes sem perder o lastro simbólico do lugar, considerando a complexidade da rede de atores engajados na produção desse espaço.

Os frequentadores se assustaram com os fechamentos dos bares, repercutindo o assunto nas redes sociais. Donos de estabelecimentos começaram a se organizar, promovendo suas atividades em conjunto – como é o caso do grupo Cidade Baixa em Alta – e reivindicando agilidade na liberação de alvarás. Moradores descontentes com a algazarra da vida noturna se aproximaram da administração pública municipal, que adotou medidas às vezes entendidas como drásticas, pouco

transparentes e aplicadas de forma desigual. Importante dizer que essas intervenções estavam se dando momentos anos antes da Copa do Mundo de 2014, da qual Porto Alegre foi cidade-sede.

Outros movimentos e disputas foram observados em relação à frequência no bairro nesse período. A imprensa pautou a inadequação de manifestações de sexualidade por jovens em espaços públicos: “Duas quadras da Lima e Silva se transformam em território sem lei”<sup>13</sup>, publicou o jornal Zero Hora (2011), sobre adolescentes gays reunidos na rua aos domingos. Intertítulo: “Sexo no banheiro”. O caso é semelhante a outra matéria de seis anos antes, no mesmo jornal.

Sob o título “O conflito no beco da tolerância”, o texto refere-se ao “novo público que abala a tradição de diversidade do Nova Olaria”. O jornalista classifica o “novo público” como “turma de gays mais jovens, ruidosa e pobre”, que se expandiu no local, provocando tumultos e animosidades entre lojistas e funcionários do centro comercial, além dos moradores do bairro Cidade Baixa. O título da matéria revela aspectos simbólicos importantes. O primeiro deles diz respeito à descrição da convivência entre grupos sociais enquanto *conflito*. (FIGUEIREDO, 2008, p. 74, grifo da autora)

A pesquisadora estava particularmente interessada nas representações sociais de grupos de frequentadores de um dos primeiros marcos dessa nova territorialização boêmia na Cidade Baixa: o Nova Olaria. O centro comercial acabou tornando-se polo gastronômico, com livraria, café, além das salas de cinema Guión, famosas por sua programação. Junto ao fluxo de intelectuais atraídos pela alternativa aos cinemas de rua que desapareceram no Centro, um circuito de homossexuais acabou adotando esse espaço – ainda pouco conhecido na época – depois da realização do 3º Festival Mix Brasil de Cinema e Vídeo da Diversidade Sexual, em 1995. Pouco tempo depois, grupos gays mais jovens se aproximaram do local “em função das dificuldades de acesso a outros lugares” (FIGUEIREDO, 2008, p. 90). Foram observados segmentação social e grau de escolaridade mais diversos nessa segunda geração, que une jovens de bairros de classe alta e baixa, e até de cidades vizinhas, pelas afinidades nas práticas e expressões homoafetivas. No entanto, não teriam sido aceitos pelo espaço – entre outros motivos, porque não se transformaram em consumidores. O centro comercial adotou regras rígidas a respeito de clientes e não clientes, definidos como “bons frequentadores” ou “maus frequentadores”.

### “ANTIGAMENTE EU NÃO TINHA JUÍZO”: RUMO À PROFISSIONALIZAÇÃO

**N**o acirramento de conflitos em 2012, houve uma tentativa de polarização entre comerciantes e moradores descontentes, com o poder público tentando invisibilizar-se como vetor de tensão ao tomar a posição de mediador. Mas o quadro é mais complexo. Nem todos os moradores que compareceram aos encontros no salão da sede paroquial da Igreja Sagrada Família, convocados para o debate das problemáticas em torno do lazer noturno, pediam pela interdição de bares. Os músicos, por sua vez, sentiam-se prejudicados com o cerceamento do trabalho na noite, e seus posicionamentos nem sempre convergiam com os dos empregadores. Antes excluídos do processo, os músicos conseguiram assento no grupo de trabalho formado pela prefeitura depois que organizaram manifestações como a Caminhada Cultural em Defesa da Música e do Direito de Trabalho, buscando sensibilizar o público.

---

13 AZEVEDO, Gustavo; GONZATTO, Marcelo. Cenas de abusos envolvendo jovens atormentam moradores e comerciantes de rua na Capital. Zero Hora, Porto Alegre, 04 Abr. 2011. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2011/04/cenas-de-abusos-envolvendo-jovens-atormentam-moradores-e-comerciantes-de-rua-da-capital-3262807.html> Acesso em 29 Jan. 2016.

Nessa transição para a profissionalização da música no bairro, a relevância da Cidade Baixa para jovens músicos de Porto Alegre é imediatamente percebida – não apenas em seus relatos sobre percursos diários e trajetórias de vida, mas também na centralidade da representação visual do bairro nos mapas mentais de entrevistados para este trabalho. Trouxemos dois exemplos: o primeiro, do cantor de um grupo de samba e pagode; o segundo, do baixista de uma banda de pop rock. Tornam-se visíveis interseções entre circuitos orientados a/por gêneros musicais diferentes – e elas se dão basicamente na Cidade Baixa. Fora dos limites do bairro, o músico de samba aponta como referência o Porto Seco, onde se dá os desfiles de escolas de samba da cidade, associando-se a uma reterritorialização de manifestações pregressas da Cidade Baixa (Fig. 4). Já o músico de rock destaca o envolvimento com marcos remanescentes da antiga territorialização do Bom Fim, como a Lancheria do Parque e a Redenção (Fig. 5).

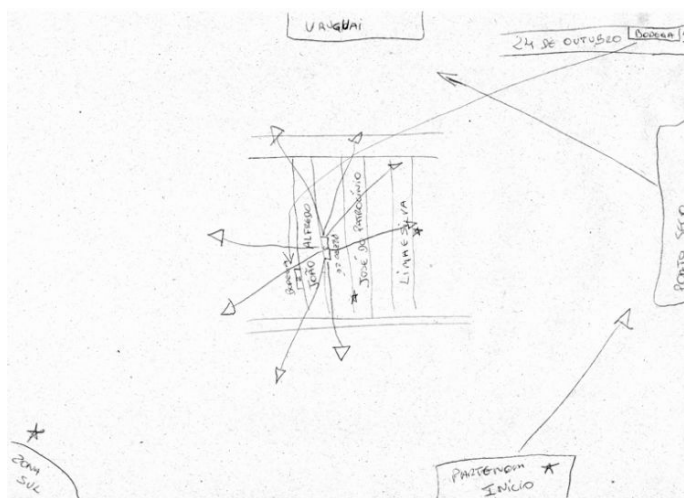


FIG. 4 – Mapa desenhado pelo cantor de um grupo de samba e pagode. Fonte: Pesquisa própria.

Roqueiro e sambista inserem-se no mercado de trabalho em nível regional. O primeiro faz apresentações regulares na Região Metropolitana, cidades do interior e estados sulinos, chegando eventualmente a São Paulo. O músico de samba mantém contato com produtores no Rio de Janeiro e já esteve no carnaval do Uruguai. Ainda que dependam de outros espaços mais dispersamente distribuídos pela capital e entorno, a Cidade Baixa é, para ambos, o centro de sua vida com a música, “onde tudo acontece” e onde não podem deixar de estar, sob pena de lhes faltarem contato com redes às quais se inserem ou pretendem se inserir. O bairro revela-se como adensamento espaço-temporal de tramas relacionais complexas, ligando Porto Alegre a outras cidades, estados e até países, algo antes não muito evidente mas que emerge e pode ser aprofundado em uma abordagem de caráter mais etnográfico (COHEN, 1993).

O baixista da banda de rock chegou a Porto Alegre no começo dos anos 2000, vindo de uma cidade média do estado para morar junto com toda a banda na capital, como plano de carreira. Saíram do primeiro apartamento por problemas com a vizinhança e resolveram alugar uma casa grande o suficiente para cada um ter seu quarto e ainda abrigar um estúdio, o que só foi economicamente viável na Zona Norte. Internamente, a casa atendia aos anseios da banda, mas o baixista sentia falta de “contato”. Motivados principalmente por novos arranjos familiares, a grande casa se fez e o baixista decidiu morar na própria Cidade Baixa. “Quer[ia] ir mais pra perto do que est[ava] acontecendo! Que era o lugar para onde a gente acabava vindo sempre.” Instalou-se na rua João Alfredo, por achar ser mais tranquila que a Lima e Silva, frequentemente tomada como a rua

principal do bairro. Mas era na João Alfredo onde a vida noturna de fato tinha seu auge. Então resolveu se mudar para um lugar mais ameno: a Lima e Silva.



FIG. 5 – Mapa desenhado pelo baixista de uma banda de pop rock. Fonte: Pesquisa própria.

O sambista mora no bairro Partenon, bairro de classe média e baixa, reduto do samba rock nos anos 1970. É ali que começa, muito cedo em sua vida, o contato com a música, cuja importância se dá inclusive no nível da socialização na comunidade. Em seu mapa, quase todas as setas indicando fluxos partem da rua João Alfredo – mais especificamente na casa de show onde se apresenta, chamada Preto Zé. Há lugares importantes que não aparecem no mapa, como aqueles onde o músico encontra os antigos mestres se reunindo para tocar. Isso porque, no seu entendimento, esses espaços (que não estão na Cidade Baixa) não servem para receber pessoas que buscam entretenimento noturno, por serem ambientes desprovidos de conforto. Seu modo de falar, cuidadoso, diz mais que as palavras: pareceria que, para um bom entendedor, valesse a pena presenciar os mestres juntos, embora o lugar fosse humilde. Não transparece que o acesso seja restrito, mas tais rodas de samba se reúnem sob condições muito diferentes do circuito comercial, o que as deixa, enquanto eventos, muito menos perceptíveis na cidade. São de uma ordem mais íntima, não se oferecendo ao consumo.

Algo que une os músicos entrevistados, além da Cidade Baixa em si, é que eles vestem roupas ou tocam instrumentos de fabricantes parceiros, que investem na imagem de seus grupos em troca de exposição de marca. O tipo de música e público envolvidos podem variar, mas não o método. Observa-se uma certa homogeneização, uma organização das práticas musicais quando atreladas a uma cadeia produtiva que tem o bairro como palco privilegiado. Até um horário de funcionamento das atividades de bar, restaurante, café e lancheria foi estabelecido na Cidade Baixa. O Decreto 17.902 de 2012 determinou que bares e restaurantes do bairro “que fizerem uso de música amplificada (mecânica ou ao vivo), após a 0h, deverão ter Projeto Acústico aprovado e licenciado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam)”<sup>14</sup>.

Se no começo do século XX o ócio era crime e batidas policiais em bares e lugares de música eram a regra, hoje temos uma “commoditização” da música e a crescente profissionalização de suas

14 Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000033030.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT> Acesso em 15. Fev. 2016.



práticas, o que abre espaço para um certo reconhecimento e integração. Mas isso exige atendimento a padrões mais restritos, o que se revela tanto no ordenamento das práticas comerciais e no banimento das práticas que não se encaixam na lógica econômica. A música, muito mais que o som que a ultrapassa, está em vias de alcançar o *establishment*. No caso da Cidade Baixa dos dias de hoje, vive-se a contradição entre o desejo de se estar ali, fazer parte desse lugar de atmosfera tão característica, e a recusa a um excendente que a acompanha.

Há sempre a possibilidade de que transformações levem à sedimentação e perpetuação de hábitos ou mesmo acabem por cessar dinâmicas criativas ou vivências geradoras de expressividades mais diversas e inovadoras. Fazemos aqui uma pergunta aparentemente inversa à de Will Straw, em *“Scenes and Sensibilities”* (2001). Não nos questionaremos em que momento a música que servia de fundo às conversações e aos jantares passou a entretenimento, como no caso da Toronto dos anos 1950 que ele investigou. Perguntaremos, sim, quando a sonoridade e musicalidade geral que contrapontuou e de alguma forma ainda contrapontua a vida na Cidade Baixa passou a entretenimento na Porto Alegre do século XXI. O presente momento parece ser decisivo para compreender tal processo, e isso justificaria uma atenção especial a esse espaço e às relações que o constituem como lugar de música. No entanto, é preciso estarmos igualmente ou ainda mais atentos a outros espaços da cidade, onde novos arranjos possam estar em vias de permitir o surgimento de expressões nunca antes ouvidas fora dos limites dos novos bairros. Já escutamos com atenção ao que está soando hoje na Restinga?

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: O esclarecimento como mistificação das massas. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AZEVEDO, Gustavo; GONZATTO, Marcelo. Cenas de abusos envolvendo jovens atormentam moradores e comerciantes de rua na Capital. Zero Hora, Porto Alegre, 04 abr. 2011. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2011/04/cenas-de-abusos-envolvendo-jovens-atormentam-moradores-e-comerciantes-de-rua-da-capital-3262807.html> Acesso em: 29 out. 2014.

BARTH, Fredrik. Introduction. In: BARTH, Fredrik (org.). *Ethnic groups and boundaries: The social organization of culture difference*. Long Grove, IL: Waveland Press, Inc., 1998. Disponível em: [http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic446176.files/Week\\_4/Barth\\_Introduction\\_Ethnic\\_Group\\_s\\_and\\_Boundaries\\_.pdf](http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic446176.files/Week_4/Barth_Introduction_Ethnic_Group_s_and_Boundaries_.pdf) Acesso em: 12 abr. 2016.

BRENNAN-HORLEY, Chris; LUCKMAN, Susan; GIBSON, Chris; WILLOUGHBY-SMITH, Julie. GIS, ethnography, and cultural research: Putting maps back into ethnographic mapping. In: FLEW, Terry. *Creative industries and urban development: Creative cities in the 21st Century*. Nova York: Routledge, 2013, p. 24-35.

CARNEIRO, Luiz Carlos (org.) *Porto Alegre – de aldeia a metrópole*. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira; Oficina da História, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, vol. I: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2009.

COHEN, Sara. Bubbles, tracks, borders and lines: Mapping music and urban landscape. *Journal of the Royal Musical Association*, Londres, 137:1, 2012a, p. 135-170. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/02690403.2012.669939>

COHEN, Sara. Ethnography and popular music studies. *Popular Music*, Cambridge, vol. 12, Ed. 02, Maio 1993, p. 123-138, DOI: 10.1017/S0261143000005511

COHEN, Sara. Live music and urban landscape: mapping the beat in Liverpool. *Social Semiotics*, Londres, 22:5, 2012b, p. 587-603. DOI: 10.1080/10350330.2012.731902

COHEN, Sara. Sounding out the city: Music and the sensuous production of place. In: LEYSHON, Andrew; MATLESS, David; REVILL, George (org.). *The place of music*. Nova York: The Guilford Press, 1998, p. 269-290.

CORRÊA, Mario Roberto Weyne. Quilombos urbanos em Porto Alegre: uma abordagem histórica da titulação do quilombo da Família Silva [2003 - 2007]. 2010. 48 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/26985> Acesso em: 17 fev. 2016.

COSTA, Angela Maria Faria da. Quilombos urbanos, segregação espacial e resistência em Porto Alegre/RS: Uma análise a partir dos Quilombos do Areal e da Família Silva. 2008. 78 fl. Monografia (Bacharelado de Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/16006> Acesso em: 17 fev. 2016.

DORNELLES, Renato. Primeiro Rei Momo negro do carnaval de Porto Alegre é sepultado na Capital. *Diário Gaúcho*, Porto Alegre, 17 jul. 2013. Disponível em: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2013/07/primeiro-rei-momo-negro-do-carnaval-de-porto-alegre-e-sepultado-na-capital-4203513.html> Acesso em: 10 out. 2014.

DUARTE, Ulisses Corrêa. A cultura carnavalesca em Porto Alegre: o espetáculo, a retórica e a organização da festa. *Organizações & Sociedade* [on-line], Salvador, vol. 20, n. 64, 2013, pp. 165-182. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302013000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302013000100011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 Fev. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302013000100011>.

FIGUEIREDO, Marina Dantas de. “O muro invisível”: Cultura organizacional e representações sociais no Centro Comercial Nova Olaria. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/15036> Acesso em: 17 fev. 2016.

FILME SOBRE UM BOM FIM. Direção: Boca Migotto. Produção: Mariana Müller. Porto Alegre: Epifania Filmes. Brasil, 88', 2015.

FLEW, Terry. Introduction: creative industries and cities. In: FLEW, Terry. *Creative industries and urban development: Creative cities in the 21st Century*. Nova York: Routledge, 2013, p. 1-13.

FLORIDA, Richard. The rise of the creative class. *Washington Monthly*, Washington DC, Maio 2002. Disponível em: <http://www.washingtonmonthly.com/features/2001/0205.florida.html> Acesso em: 17 fev. 2016.

FONSECA, Luciana Marson. Dois rumos na noite de Porto Alegre Dinâmica socioespacial e lazer noturno nos bairros Cidade Baixa e Moinhos de Vento. 2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/8716> Acesso em: 17 fev. 2016.

FRYDBERG, Marina Bay. Lupi, Se acaso você chegasse: um estudo antropológico das narrativas sobre Lupicínio Rodrigues. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/10410> Acesso em: 17 fev. 2016.

GAMALHO, Nola Patrícia. A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga - Porto Alegre/RS. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/16658> Acesso em: 17 fev. 2016.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESMONDHALGH, Dave. Cultural and Creative Industries. In: BENNETT, Tony; FROW, John (org.). The SAGE Handbook of Cultural Analysis, p. 552-569. Londres: SAGE Publications Ltd., 2008.

INGOLD, Tim; VERGUNST, Jo Lee. Introduction. In: INGOLD, Tim; VERGUNST, Jo Lee (org.). Ways of walking: Ethnography and practice on foot. Aldershot, Hampshire: Ashgate, 2008.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JARDIM, Denise Fagundes. De bar em bar: Identidade masculina e auto-segregação entre homens de classes populares. 1991. 177 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1404> Acesso em: 17 fev. 2016.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. Madri: Capitán Swing Libros, 2013.

LEWGOY, Bernardo. Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): as transformações em um espaço de sociabilidade masculino. In: Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, Vol. 10, n. 24 (2009), 14 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/30185> Acesso em: 07.fev.2016.

MARASCHIN, Clarice; CABRAL, Gilberto Flores. O papel do centro histórico na estrutura das cidades contemporâneas – o caso de Porto Alegre, Brasil. Arquiteturarevista, São Leopoldo, v. 10, 2014, p. 59-69.

MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. Espaços de sociabilidade e memória: a vida pública porto-alegrense (1890-1930). In: ÁVILA, Maria de Fátima (org.). Porto Alegre: dissertações e teses. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1996, p. 73-81.

MARQUES, Olavo Ramalho. Entre a Avenida Luís Guarânia e o Quilombo do Areal: Estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre-RS. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/6158> Acesso em: 17 fev. 2016.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MÚSICOS ENCHEM de som e protesto noite na Cidade Baixa. Sul21, Porto Alegre, 29 fev. 2012. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/musicos-enchem-de-som-e-protesto-noite-na-cidade-baixa-veja-fotos>. Acesso em: 13 fev. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, Setembro 1999, p. 195-216. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 Feb. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100010>.

RIBEIRO, Silvana Soares. Direito fundamental ao reconhecimento da propriedade das terras quilombolas: A constitucionalidade do Decreto 4.887/03. 2013. 58 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/91026> Acesso em: 17 fev. 2016.

RISÉRIO, Antonio. *A cidade no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 2012.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940. 2008. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/14987> Acesso em: 17 fev. 2016.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, ago./dez. 1999, p.15-26.

SARMENTO, Daniel. Territórios quilombolas e Constituição: a ADI 3239 e a constitucionalidade do Decreto 4.887/03. Disponível em: <http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/sobras/adi3239/territorios-quilombolas-e-constituicao-a-adi-3-239-e-a-constitucionalidade-do-decreto-4-887-03> Acesso em: 12 fev. 2016.

SCLIAR, Moacyr. *A guerra no Bom Fim*. Porto Alegre: LP&M, 2014.

SILVA, Jones Lopes da. Conheça a Ilhota, primeira morada de Lupicínio. *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 set. 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2014/09/conheca-a-ilhota-primeira-morada-de-lupicinio-4597594.html> Acesso em: 17 set. 2014.

SILVA, Maria Helena Nunes da. O “Príncipe” Custódio e a religião afro-gaúcha. 1999. 303 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SILVA, Michelle Nascimento da. Percepção de valor dos usuários sobre o território: Estudo de caso no bairro Cidade Baixa em Porto Alegre-RS. 2014. 216 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/109022> Acesso em: 17 fev. 2016.

SOMMER, Michelle Farias. Territorialidade negra urbana a morfologia sócio-espacial dos núcleos negros urbanos segundo a herança histórica comum. 2005. 224 fl. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/6848> Acesso em 17 fev. 2016.

SOUZA, Anita Silva de. Projeto Renascença: um caso de gentrificação em Porto Alegre durante a década de 1970. 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/15858> Acesso em: 17 fev. 2016.

STRAW, Will. *Scenes and Sensibilities*. Public, Toronto, No. 22/23, 2002, pp. 245-257. Disponível em: <http://strawresearch.mcgill.ca/StrawPublicScenes.pdf> Acesso em: 19 nov. 2014.